

## KANT E A NÃO CONCEITUALIDADE DO ESPAÇO E DO TEMPO

### Kant and the non-conceptuality of space and time

Maria Carolina Mendonça de Resende\* 

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Brasil  
mcmresende@gmail.com

**Resumo:** Duas hipóteses guiaram o desenvolvimento deste trabalho. A primeira afirma o *status* necessariamente epistêmico e, portanto, não ontológico, do espaço e do tempo na filosofia transcendental. A segunda é a de que o espaço e o tempo como formas *a priori* da intuição sensível apresentam uma dimensão essencialmente não conceitual da experiência perceptiva. Em vista disso, neste artigo, nossa intenção é trilhar o caminho argumentativo da constituição da idealidade transcendental do espaço e do tempo a fim de compreender esse estatuto epistêmico e não conceitual da intuição. O objetivo é o de analisar as consequências dessas duas hipóteses para a filosofia neo kantiana contemporânea que tenta compatibilizar os argumentos kantianos com os de uma posição não conceitualista. Para tanto, vamos analisar o desenvolvimento das noções de espaço e tempo, no chamado período de transição da filosofia kantiana, da fase pré-crítica à fase crítica, bem como no próprio período crítico, que culmina na doutrina da idealidade transcendental do espaço e do tempo.

**Palavras-chave:** Kant; não conceitualismo; espaço egocêntrico; intuição; percepção.

**Abstract:** Two hypotheses guided the development of this work. The first asserts the necessarily epistemic, and therefore not ontological, status of space and time in transcendental philosophy. The second is that space and time as *a priori* forms of sensible intuition present an essentially non-conceptual dimension of perceptual experience. In view of this, in this article, my intention is to follow the argumentative path of the constitution of the transcendental ideality of space and time in order to understand this epistemic and non-conceptual statute of intuition. The aim is to analyze the consequences of these two hypotheses for contemporary Neo-Kantian philosophy that tries to make Kant's arguments compatible with those of a non-conceptualist position. Therefore, I will analyze the development of the notions of space and time, in the so called transition period of Kantian philosophy, from the pre-critical phase to the critical phase, as well as in the critical period itself, which culminates in the doctrine of the transcendental ideality of space and time.

**Keywords:** Kant; non-conceptualism; egocentric space; intuition; perception.

O propósito deste trabalho é o de apresentar, ainda que de modo breve, o debate em torno do não conceitualismo kantiano e de que modo o espaço e o tempo, como formas puras da intuição sensível, fornecem um conteúdo essencialmente não conceitual à nossa experiência perceptiva do mundo.

Em síntese, a doutrina da idealidade transcendental do espaço e do tempo confere a essas noções a particularidade de serem condições *a priori*, ideais e subjetivas de possibilidade de todo o conhecimento humano. Condições essas, vale ressaltar, que não

---

\* Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Este artigo é parte do resultado da dissertação de mestrado em Filosofia da autora, pela mesma instituição, defendida no ano de 2019 e intitulada “Conteúdo não conceitual e a idealidade transcendental do espaço e do tempo”.

recaem em um subjetivismo psicológico, mas que são próprias a um subjetivismo que Kant denomina de transcendental. Como formas puras da intuição sensível, espaço e tempo se encontram no cerne do idealismo transcendental kantiano. Tal idealismo postula a existência de duas capacidades mentais originárias para o conhecimento: sensibilidade e entendimento (e suas representações, respectivamente, intuições e conceitos) (*KrV*, A50/B64<sup>1</sup>). Espaço e tempo definem propriamente as condições *a priori* da faculdade da sensibilidade.

A intenção é, assim, mostrar que as intuições, enquanto representações sensíveis *a priori*, procedem na teoria kantiana como condições epistêmicas<sup>2</sup> não conceituais da experiência. Para tanto, este artigo é desenvolvido em três partes. Na primeira 1.0 introduziremos brevemente o não conceitualismo kantiano, um debate recente e relevante ao qual os argumentos aqui discutidos se dirigem. Em 2.0 apresentaremos as quatro noções de espaço e tempo e ressaltamos a diferença e o papel das noções conceituais e não conceituais. Em 3.0 apresento três argumentos para se demonstrar a não conceitualidade do espaço e do tempo como formas puras das intuições *a priori*: em 3.1 analiso o argumento das contrapartes incongruentes que Kant apresenta, inicialmente, no opúsculo de 1768; em 3.2 procuro mostrar que a tese da idealidade transcendental já aparece na *Dissertação de 1770* e em 3.3 apresento o argumento da idealidade transcendental do espaço e do tempo tal como Kant o apresenta na *Estética Transcendental da Crítica da razão pura*.

## 1.0 Não conceitualismo kantiano

“De que modo se constitui nosso contato cognitivo com o mundo?” Essa pergunta norteia não só alguns dos maiores debates em diversas áreas da filosofia, da epistemologia

<sup>1</sup> Para as citações da *Crítica da Razão Pura*, utilizarei a edição da Felix Meiner: *Kritik der Reinen Vernunft*, Hamburg (1990) como referência, seguindo a tradução de Fernando Costa Mattos (2013). Como é praxe, indicarei no texto apenas a paginação das edições originais de 1781 e 1787, A e B respectivamente. Para as demais obras de Kant, utilizarei a Edição da Academia (doravante AA): KANT, I. (1902–). *Kants gesammelte Schriften*. 29 vols. Ed. Preussischen Akademie der Wissenschaften (Vols. I-XXII); Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin (Vol. XXIII); Akademie der Wissenschaften zu Göttingen (Vols. XXIV-XXIX). Berlin: Walter de Gruyter, seguindo traduções brasileiras ou portuguesas das obras citadas (ver referências).

<sup>2</sup> A expressão “condição epistêmica” é, certamente, a marca registrada da posição de Henry Allison em sua interpretação do idealismo transcendental, denominada como “teoria dos dois aspectos” e apresentada em seu *Kant’s Transcendental Idealism* (2004). O modo como nos referimos ao estatuto epistêmico do espaço, tratando-o como condição epistêmica subjetiva da sensibilidade, parece condizer, pelo menos em parte, com a defesa do idealismo transcendental proposta por Allison, mesmo que ele se posicione no lado intelectualista do debate.

à filosofia da percepção, como também rege o desenvolvimento deste trabalho. Muitas perguntas se desdobram dessa primeira. Nosso contato perceptivo com o mundo configuraria um modo de cognição relevante independente da atuação de conceitos? É somente por meio de conceitos que podemos conceber atos significativamente válidos de cognição? Para configurar uma experiência perceptiva, é necessário que seu conteúdo seja estruturado conceitualmente? A intuição constitui parte significativa do conteúdo da experiência perceptiva independentemente de conceitos? Os conceitos são imprescindíveis para a constituição do conteúdo fornecido pela percepção?

Esses questionamentos guiam o debate entre conceitualistas e não conceitualistas na filosofia analítica contemporânea, mas possuem uma raiz comum na filosofia kantiana do século XVIII. Em termos contemporâneos, por um lado, o conceitualismo alega que o conteúdo da experiência perceptiva é estruturado por conceitos. Por outro lado, o não conceitualismo alega que o conteúdo da experiência perceptiva é não conceitual. Mas o que significa essas alegações? E por que Kant constitui uma raiz comum nesse debate?

É preciso notar, primeiramente, que a teoria de Kant sobre o nosso modo de acessarmos cognitivamente o mundo evidencia que esse acesso é feito por duas faculdades: sensibilidade e entendimento, das quais, respectivamente, intuições e conceitos são suas representações. A faculdade da sensibilidade é responsável por fornecer as condições sensíveis subjetivas para o conhecimento de objetos, enquanto a faculdade do entendimento é responsável por fornecer as condições intelectuais. Esses são os termos que prenunciam a doutrina do idealismo transcendental formulada por Kant na *Crítica da Razão Pura* a fim de circunscrever os limites do nosso conhecimento. Para Kant, as representações sensíveis são sempre estruturadas, pelas duas formas *a priori* da intuição, espaço e tempo, a partir da matéria que nos é dada, *a posteriori*, através da nossa sensação (*KrV*, A20/B34). Por formas da sensibilidade, portanto, entende-se as condições subjetivas nas quais os objetos sensíveis aparecem para nós, por exemplo, em termos espaciais: extensão, figura, localização; e em termos temporais: sucessividade e simultaneidade. Assim, as intuições, sempre sensíveis, podem ser puras ou empíricas. A importância delas está nas suas características: são elas que conferem nosso acesso imediato ao mundo. O modo como os objetos afetam nossos sentidos empiricamente resultam nas *sensações* e o produto delas constitui o que Kant chama de intuições empíricas. As intuições empíricas, desse modo, são sempre *formatadas*

espaçotemporalmente. Desse modo, pela teoria kantiana, o conhecimento perceptual (intuição empírica) é sempre condicionado pelas formas puras da intuição sensível: espaço e tempo. A atuação dos conceitos em relação aos objetos, segundo Kant, é mediada pelas intuições. Estas, constituem a matéria para os conceitos que, por sua vez, são formatados pelos elementos *a priori* do entendimento puro. Assim, os conceitos empíricos têm como matéria as intuições empíricas e como forma as categorias do entendimento puro.

John McDowell (1996, 2009), como o maior expoente do conceitualismo contemporâneo, apoia-se em Kant para construir sua posição relativa ao problema de como as experiências perceptuais podem servir de justificação para nossas atitudes proposicionais e doxásticas sobre o mundo. Para ele, é necessário que o conteúdo da experiência perceptiva seja, ao menos de algum modo, constituído conceitualmente. Segundo ele, “as capacidades conceituais relevantes são exercidas *na* receptividade” (McDowell, 1996, p. 45)<sup>3</sup>. Sua posição, originalmente, é construída, em parte, para explicitar sua oposição à Gareth Evans (1982), filósofo considerado o pioneiro na defesa da ideia de que o conteúdo de nossos estados informacionais, nosso primeiro contato com o mundo, é não conceitual. Para a construção de seu argumento contrário à Evans, McDowell convoca os argumentos epistemológicos presentes na teoria da cognição kantiana descrita na primeira *Crítica*. Nesse sentido, a interpretação de que as faculdades da sensibilidade e do entendimento são fortemente entrelaçadas para o trabalho conjunto de uma experiência perceptiva é atribuída à Kant, colocando-o como um dos representantes emblemáticos do conceitualismo. A seguinte passagem da *Crítica da Razão Pura* ficou famosamente conhecida como exemplo disso:

*Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas. Por isso, tornar sensíveis os seus conceitos (i. e., acrescentar-lhes o objeto na intuição) é tão necessário quanto tornar compreensíveis suas intuições (i. e., colocá-las sob conceitos). Ambas as faculdades ou capacidades também não podem trocar suas funções. O entendimento não pode intuir nada, e os sentidos nada podem pensar. Somente na medida em que eles se unifiquem pode surgir um conhecimento. (KrV, A52/B76, grifo nosso)*

<sup>3</sup> As traduções das citações em inglês são de responsabilidade da autora.

Gareth Evans (1982), por sua vez, havia argumentado que o conteúdo perceptual dos nossos estados informacionais deve ser tomado como não conceitual. Para Evans, a percepção envolve registros dos estados informacionais que ocorrem sem conceitos. Esses registros são informações sobre espaço, tempo, movimento, localização, forma e, em certa medida, cores. São informações que nossos sentidos capturam no processo da percepção e envolvem determinadas habilidades em contrapartida ao registro que conceitos podem fornecer. Conceitos, para Evans, são habilidades que ocorrem em pensamentos. Segundo ele:

Os estados informacionais que um sujeito adquire através da percepção são não conceituais ou não conceitualizados. Juízos baseados nesses estados necessariamente envolvem a conceitualização: ao passar de uma experiência perceptiva para um juízo sobre o mundo (geralmente expressável em alguma forma verbal), a pessoa estará exercendo habilidades conceituais básicas. Mas essa formulação (em termos de passar de uma experiência para um juízo) não deve obscurecer o quadro geral. Embora os juízos do sujeito sejam baseados em suas experiências (ou seja, na informação não-conceitualizada disponível para ele), seus juízos não são sobre o estado informacional. O processo de conceitualização ou juízo leva o sujeito que está em um tipo de estado informacional (com um conteúdo de certo tipo, a saber, conteúdo não conceitual) para um outro tipo de estado cognitivo (com um conteúdo de um diferente tipo, nomeadamente, conteúdo conceitual). (Evans, 1982, p. 227)

Kant foi tomado como aliado do conceitualismo para advogar contrariamente à posição de Evans sobre o conteúdo não conceitual da experiência. Entretanto, Robert Hanna, em 2005, provoca uma variante no debate entre conceitualistas e não conceitualistas ao reinterpretar os argumentos kantianos em prol da posição *não conceitualista*. Surge daí um impasse: Kant seria um aliado do conceitualismo de McDowell ou do não conceitualismo de Evans? O que vai se seguir a partir daí são posições muito conflitantes e divergentes sobre a teoria cognitiva da intuição de Kant. Hanna vai aproximar os argumentos kantianos da posição não conceitualista que se desenvolveu a partir dos argumentos de Evans, em contraposição ao forte conceitualismo de John McDowell. Isso resultou em uma grande reação por parte dos intérpretes da teoria kantiana, em sua maioria, fortemente conceitualistas.

O debate em torno do não conceitualismo kantiano parte, assim, do questionamento se toda cognição relevante precisa ser acompanhada ou estruturada pela

faculdade do entendimento. Em outras palavras, o problema consiste em saber se as intuições, como representações sensíveis, são (ou não) determinadas pelos conceitos. A filosofia de Kant passa a ter uma importância fundamental nesse debate adquirindo uma relevância contemporânea que ultrapassa o interesse apenas exegético pelo texto kantiano. Os argumentos kantianos são mobilizados tanto em um diálogo direto e filosoficamente produtivo com as principais tendências da filosofia analítica contemporânea, quanto para contribuir na compreensão das questões fundamentais por ela colocadas. Nesse sentido, este artigo se insere na esteira da área de pesquisa denominada por Robert Hanna como *filosofia kantiana contemporânea* para caracterizar um conjunto de pesquisas e publicações que visa fundir a filosofia clássica do século XVIII de Kant com os métodos da filosofia analítica contemporânea.

Tendo isso em vista, a proposta deste trabalho é a de discutir de que modo a idealidade transcendental do espaço e do tempo fornece uma dimensão egocêntrica na experiência perceptual cujo conteúdo é *essencialmente* não conceitual, ou seja, que não pode ser capturado por conceitos. A nossa aposta é a de que os argumentos kantianos podem fornecer esclarecimentos importantes em favor do não conceitualismo. Assim, partimos para uma análise da doutrina da idealidade transcendental do espaço e do tempo a fim de apresentar argumentos que possam contribuir nesse debate entre conceitualistas e não conceitualistas.

## 2.0 As quatro noções de espaço e tempo

Afirmar a idealidade transcendental do espaço e do tempo significa dizer que ambos, como formas puras da intuição sensível, são condições de possibilidade de toda e qualquer experiência e de todo e qualquer conhecimento objetivo, seja ele puro, como o conhecimento matemático, ou empírico, como o conhecimento da física. Desse modo, convém destacar que, para Kant, a idealidade ou subjetividade transcendental do espaço e do tempo é condição de possibilidade da própria objetividade. O *status* necessariamente epistêmico, e não ontológico, do espaço e do tempo é consequência da definição dessas noções como formas *a priori* da intuição e vai contra a ideia de que teriam uma realidade absoluta como coisas em si. Mesmo admitindo sua natureza ideal, a defesa de Kant do espaço e do tempo como formas puras não conceituais da sensibilidade, não elimina o fato dessas mesmas noções também se apresentarem quer como conceitos puros, no caso

do espaço e do tempo geométricos, quer como conceitos empíricos, no caso do espaço e tempo físicos, quer ainda como ideias da razão, como o espaço e o tempo absolutos.

Dessa maneira, Kauark-Leite (2017, p. 193) evidencia que se levarmos em consideração as características da doutrina do idealismo transcendental desde os argumentos defendidos nos textos pré-críticos, do chamado período de transição, notadamente em *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço* de 1768 e na *Dissertação Inaugural* de 1770, bem como a própria “Estética Transcendental” de 1787 e também os *Princípios metafísicos da ciência da natureza* de 1786, podemos assimilar quatro diferentes considerações de Kant acerca do espaço e do tempo, a saber:

- i **Espaço e tempo como formas puras da intuição sensível** e condições de possibilidade de toda percepção de objetos do sentido externo (espaço) e do sentido interno (tempo) e também dos objetos matemáticos (*KrV*, A 22/B 37; *MSI*, 02: 402).
- ii **Espaço e tempo enquanto conceitos puros geométricos**, ou seja, objetos construídos a partir da síntese entre as formas puras da intuição sensível e os conceitos puros do entendimento (*MSI*, 02: 402-405).
- iii **Espaço e tempo enquanto conceitos empíricos** (físicos) e objetos de percepção externa (*MAN*, 04: 480, 559).
- iv **Espaço e tempo absolutos como ideias da razão** e que exercem uma função reguladora de amplificação e unificação do fenômeno (*MAN*, 04: 480, 559-560).

De todo modo, as noções conceituais (ii a iv) ainda assim estão submetidas à noção (i) não conceitual, primitiva e originária, que dá sustentação à tese basilar do idealismo transcendental kantiano. Além disso, todas as quatro noções recusam a possibilidade de considerar o espaço e o tempo como realidades ontológicas objetivas e independentes do sujeito. A partir dessa introdução, vejamos como as noções de (ii) a (iv) são apresentadas por Kant.

A noção de espaço geométrico (ii) é desenvolvida por Kant como uma construção pura *a priori* gerada pela síntese entre as formas puras da intuição e os conceitos puros do entendimento. Segundo ele, “a geometria não demonstra as suas proposições universais pensando o objeto mediante um conceito universal, como se faz nas questões racionais, mas sim submetendo-o aos olhos mediante uma intuição singular, como

acontece nas coisas sensitivas” (MSI, 02: 403). Nesse sentido, o conceito de espaço que serve de base às atribuições da matemática e da geometria é fornecido pelas formas puras do entendimento e da sensibilidade, gerando o espaço como objeto da geometria. É preciso ressaltar que o conceito do espaço geométrico não deve ser confundido com o espaço como forma da intuição. Kant demonstra essa diferença na famosa nota de rodapé do §26 da Dedução Transcendental dos conceitos puros do entendimento, que diz:

O espaço representado como objeto (tal como é realmente necessário na geometria) contém mais que a simples forma da intuição, a saber, a síntese do diverso, dado numa representação intuitiva, de acordo com a forma da sensibilidade, de tal modo que a forma da intuição concede apenas o diverso, enquanto a intuição formal dá a unidade da representação. Na Estética atribuí esta unidade à sensibilidade, apenas para fazer notar que é anterior a todo o conceito, embora pressuponha uma síntese que não pertence aos sentidos, mas mediante a qual se tornam possíveis todos os conceitos de espaço e de tempo. (KrV, B161n)

Michel Fichant (1999), em defesa da radicalidade da Estética Transcendental, faz questão de distinguir entre o conceito de espaço geométrico e o que ele denomina como a noção de espaço estético, referindo-se ao espaço como forma pura da intuição. Da mesma forma, o tempo geométrico é construído a partir da síntese sucessiva do número e concebido como uma reta numérica de sucessão de números reais. O espaço e tempo considerados como (iii) conceitos físicos, por sua vez, são sempre objetos de percepção externa, por serem relativos e materiais, o que os designam como conceitos empíricos. Nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Foronomia*, Kant define o conceito de espaço físico em oposição ao conceito de (iv) espaço absoluto. Segundo ele,

A *matéria* é o que é *móvel* no espaço. O espaço, que é também móvel, chama-se o espaço material, ou ainda o espaço *relativo*; aquele em que, por fim, se deve pensar todo o *movimento* (por conseguinte, ele é em si absolutamente imóvel) chama-se o espaço puro ou também *absoluto*. (MAN, 04: 480)

O tempo físico, também relativo, é o que é passível de medição por meio de um pêndulo ou de um relógio.

Os conceitos de espaço e tempo absolutos (iv) são expressamente definidos como ideias regulativas da razão. Dessa forma, o espaço absoluto não é nem um objeto de



percepção externa, nem uma coisa em si mesma, mas é uma ideia puramente racional e que não responde às regras da sensibilidade:

O espaço absoluto nada é, pois, em si, não é um objeto (*Objekt*), mas significa somente todo o espaço relativo, que para mim sempre posso pensar além do espaço dado e que eu faço retroceder até o infinito para lá de todo o espaço dado, como um espaço que a este encerra e no qual posso admitir o primeiro como imóvel. (...) abstraído desta última [da matéria] e ele é, pois, representado como um espaço puro, não empírico, e absoluto (...) *Fazer dele uma coisa real é confundir a generalidade lógica de um espaço qualquer, com o qual posso comparar todo o espaço empírico enquanto aí contido com uma generalidade física do âmbito geral, e não compreender a razão na sua ideia.* (MAN, 04: 264f, grifo nosso)

O mesmo raciocínio aplica-se para o tempo absoluto.

Não nos cabe entrar aqui no mérito das discussões sobre as várias noções de espaço e tempo em Kant. O que nos interessa ressaltar é o aspecto fundamental e não conceitual da primeira noção, em contraposição às noções de (ii) a (iv) que são necessariamente conceituais, discursivas e determinadas pela síntese entre as intuições puras e empíricas da faculdade da sensibilidade, as formas categoriais da faculdade do entendimento e as ideias da razão. Dessa maneira, ainda que sejam conceitos do entendimento, puros ou empíricos, ou ideias da razão, as três últimas noções estão submetidas à primeira noção de espaço e tempo (i) como formas puras da sensibilidade, ou seja, a tomam como pressuposta. Assim, tentaremos entender o que significa dizer que espaço e tempo são formas puras da sensibilidade e quais as bases que a intuição pura fornece para que os conceitos (ii a iv) sejam possíveis.

### **3.0 A não conceitualidade das formas puras da sensibilidade**

Para mostrar que o espaço e o tempo, como intuições sensíveis puras, são fundamentais e pressupostas para as representações conceituais, partimos da hipótese de que, como tais, elas introduzem uma estrutura egocêntrica não conceitual na experiência. Para tanto, dividiremos nossa exposição em três etapas. Em 3.1, apresentaremos o argumento das contrapartes incongruentes presente no texto de 1768 e suas reverberações. Em 3.2, vamos expor a tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo tal como apresentada na *Dissertação de 1770*. E em 3.3, mostraremos como o argumento da

idealidade transcendental do espaço se complementa na Estética Transcendental da *Crítica da razão pura*.

### 3.1. O argumento das contrapartes incongruentes

Com o objetivo de refutar a teoria do espaço relativo de Leibniz, Kant publica, em 1768, o opúsculo intitulado *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço* (doravante, *Direções no espaço*). Nesse texto, Kant defende explicitamente a noção de espaço absoluto e ao fazer isso, fornece, implicitamente, os primeiros delineamentos do que se transformaria na sua doutrina do idealismo transcendental (cujo primeiro esboço é apresentado pela primeira vez na *Dissertação Inaugural de 1770* e integralmente na *Estética Transcendental* da primeira *Crítica*, em 1781). Nossa intenção é analisar o opúsculo para discernir o papel do argumento das contrapartes incongruentes nas considerações sobre o espaço absoluto, seja ele como forma pura da sensibilidade, seja ele como ideia da razão.

A dificuldade encontrada é que a posição de Kant em 1768 é complexa. Se por um lado, Kant manifesta explicitamente a noção de espaço em sua dimensão conceitual, discursiva, objetiva e regulativa, sendo portanto, algo como uma ideia da razão, por outro lado Kant também manifesta, mas implicitamente, a noção de espaço em sua dimensão intuitiva, subjetiva e essencialmente não conceitual. Ambas, porém, já apresentam em 1768 a noção de espaço como possuidora de um estatuto epistêmico e subjetivo na cognição.

O primeiro problema que nos aparece é que a interpretação mais recorrente desse texto é a de que Kant apresentaria nele apenas a noção newtoniana de espaço absoluto<sup>4</sup>. Esse equívoco parece ser facilmente cometido quando nos deparamos com a passagem do texto em que Kant anuncia seus propósitos:

---

<sup>4</sup> Seneda (2017, p. 14, n. 4) ressalta que a maior parte dos intérpretes do idealismo transcendental possuem dificuldade em olhar caridosamente para o texto de 1768 como gênese da doutrina do idealismo kantiano. Kauark-Leite (2017, p. 176-177), por sua vez, elenca alguns dos numerosos comentadores sobre o texto das contrapartes incongruentes. A autora ressalta como é comum entre vários intérpretes considerar que o conceito de espaço absoluto, tal como nos é apresentado em *Direções no espaço*, faça parte ainda do momento de filiação newtoniana de Kant. Posições como as de Norman Kemp Smith (1918) e de Peter Remnant (1963) são exemplos tradicionais dessa interpretação objetivista da concepção de espaço. Como exemplo de poucas exceções, temos a posição de Kuno Fischer (1939), na qual ele interpreta que as características mais importantes da designação do espaço como intuição já aparecem em 1768. Da mesma forma, William Harper (1991) ressalta, em um artigo detalhado sobre a validade do argumento das contrapartes incongruentes, que a noção de espaço absoluto já possui valor epistêmico. A interpretação de Hanna (2016) vislumbra no texto de 1768 que a noção de espaço como forma da intuição sensível já possui seus elementos mais característicos, como a subjetividade e a idealidade. Kauark-Leite (2017) também corrobora essa interpretação, ressaltando as diferenças entre o espaço como forma pura da intuição e o espaço absoluto, ambas como condições epistêmicas, já no texto de 1768.

Meu fim nesta dissertação seria o de investigar se nos juízos intuitivos da extensão, como os que a geometria contém, não se encontraria uma prova evidente de que *o espaço absoluto, independentemente da existência de toda matéria e inclusive como primeiro fundamento da possibilidade de sua composição, tenha uma realidade própria*. (...) A prova que aqui procuro deve fornecer [não aos mecânicos, mas aos geômetras] (...) uma razão convincente para que possam afirmar, com sua evidência habitual, *a realidade do seu espaço absoluto*. (GUGR, 02: 378, grifo nosso)

O argumento básico, comum à Kant e aos físicos da época, consiste em mostrar como as representações do espaço e do tempo são condições prévias para se pensar e definir matematicamente o movimento. Tais representações nos permitem fazer previsões matemáticas e calcular o movimento, como também são responsáveis por nossa orientação espaço-temporal. Com isso, não estamos dizendo que o fio condutor da reflexão de 1768 seja exatamente o mesmo apresentado na *Estética Transcendental da Crítica da Razão Pura*<sup>5</sup>. Contudo, a apresentação da noção de espaço como absoluto e de sua anterioridade em relação à percepção dos objetos empíricos já possui relevância filosófica considerável em sua formulação em *Direções no espaço* e se diferencia da resposta proposta pelos físicos aos quais se destina a refutação desse texto. Assim, primeiramente, é necessário separar a noção de espaço absoluto apresentada por Kant da noção de espaço absoluto de Newton, que possui, por sua vez, um caráter ontológico objetivista que não nos é autorizado pela letra de Kant. Dado o contexto<sup>6</sup> do debate em que Kant está inserido e por falar em “realidade própria” do espaço absoluto, muitos comentadores tendem a interpretar o espaço absoluto como tendo realidade ontológica própria e independente do sujeito, distanciando drasticamente a concepção de espaço do texto de 1768 da concepção apresentada logo depois, na *Dissertação de 1770*. Entretanto,

<sup>5</sup> “O verdadeiro problema da razão pura está, pois, contido na questão: como são possíveis juízos sintéticos a priori? (...) Na solução do problema acima está compreendida ao mesmo tempo a possibilidade do uso puro da razão na fundamentação e no desenvolvimento de todas as ciências que contêm um conhecimento teórico a priori de objetos, i. e., a resposta às seguintes questões: Como é possível a matemática pura? Como é possível a ciência pura da natureza?” (KrV, B20).

<sup>6</sup> Esse contexto de discussão sobre o espaço em que Kant se encontrava entre posições de Leibniz e Newton pode ser resumido como a seguir: “Situando-se no centro do debate entre leibnizianos e newtonianos, a concepção do ‘espaço’ (junto com a concepção do ‘tempo’ e do ‘movimento’) ocupou os pensadores ao longo de todo o século XVIII. Newton adotou em sua teoria física o espaço absoluto, junto com o tempo e o movimento absolutos. Leibniz defendeu uma concepção do espaço, do tempo e do movimento relativos, contribuindo para a constituição de um dos debates filosóficos mais acalorados de todos os tempos” (Beckenkamp, 2018, p. 53).

corroboramos aqui a interpretação de Kauark-Leite do texto de 1768 de Kant, de acordo com a qual:

‘a realidade do espaço absoluto’ e ‘a absoluta realidade do espaço’ são duas teses absolutamente independentes e a afirmação da primeira, por Kant, não implica, como consequência, a adoção da segunda. Portanto, podemos formular as duas teses [respectivamente] do seguinte modo: Tese 1: espaço é absoluto e precede as coisas materiais; Tese 2: espaço possui realidade absoluta e transcende as coisas materiais. Num primeiro momento, alguém poderia pensar, que ambas as teses são diretamente autorizadas pela abordagem substancialista, segundo a qual o espaço é um receptáculo absoluto para objetos e eventos físicos (ao contrário da visão relacional, segundo a qual o espaço só existe como uma relação potencial ou real entre corpos físicos). Contra essa alegação, Martin Carrier [1992] defende a visão de que a posição de Kant no período Crítico é melhor caracterizada como uma *teoria relativa do espaço absoluto*, que se diferencia radicalmente de ambas as abordagens substancialista de Newton e relativista de Leibniz. Nesse sentido, a Tese 1 e a Tese 2 não são equivalentes, e somente a segunda é diretamente derivada da visão substancialista do espaço. No caso do texto pré-crítico *Direções no espaço*, Kant é absolutamente explícito sobre a primeira tese. A segunda tese, de todo modo, é mais o resultado da interpretação dos comentadores do que uma expressão da posição de Kant. (Kauark-Leite, 2017, p. 178)

Isso está em consonância com o fato de que, ao afirmar a realidade do espaço absoluto, Kant não está comprometido com a tese de que o espaço possua realidade objetiva que transcenda os objetos empíricos, no sentido ontológico e carregado do termo. Se tomarmos o texto apresentado em 1768 em conjunção com a teoria da idealidade transcendental do espaço e do tempo, essa realidade do espaço absoluto pode ser melhor interpretada como uma realidade *subjéctiva*.

Para traçarmos o argumento de que a noção de espaço fornecida por Kant em 1768 já possui os elementos necessários para a denominação de condição epistêmica da percepção, analisaremos então o que diz o pequeno ensaio. Já no primeiro parágrafo de *Direções no espaço* Kant afirma sua intenção em apresentar o fundamento filosófico que sustenta a nossa habilidade de distinção de direções no espaço. Para tanto, localizar um objeto no espaço pressupõe a própria habilidade de se orientar em relação a ele. Desse modo, Kant apresenta que a habilidade da distinção de *direções* no espaço possui duas exigências: (a) a referência a um espaço universal absoluto, pensado como unidade e

independente das partes extensas dos objetos e (b) a anterioridade do espaço como condição de apreensão da própria direcionalidade.

Nesse sentido, o autor evidencia a necessária diferença entre as noções de “posição” de partes do espaço e de “direção” da orientação em relação a essas partes. O problema encontrado por Kant é que o conceito de Leibniz<sup>7</sup> de espaço relativo pode ser suficiente apenas para a definição de “posição”, mas é insuficiente para abarcar a noção de “direção” da sua orientação. Para satisfazer a exigência de (a), o autor sustenta que o espaço absoluto possui realidade própria independentemente da extensão do espaço relativo do objeto. Conforme ele próprio diz:

*Pois as posições das partes do espaço nas suas relações recíprocas pressupõem a direção para a qual estão ordenadas em tal relação, e, num entendimento mais abstrato, a direção não consiste na relação de uma coisa no espaço com outra – o que é propriamente o conceito de posição –, mas na relação do sistema dessas posições com o espaço universal absoluto. Em tudo que seja extenso, a posição de suas partes umas em relação às outras pode ser conhecida suficientemente pela consideração da própria coisa extensa; mas a direção para a qual essa ordenação das partes está orientada refere-se ao espaço fora dela, e na verdade não aos seus lugares, pois isso nada mais seria do que a posição das partes mesmas em uma relação externa, mas sim ao espaço universal como uma unidade, do qual cada extensão tem de ser vista como uma parte. (GUGR, 02: 377-378, grifo nosso)*

A distinção entre *posição* e *direção* que Kant relata nesse trecho já enuncia a preocupação em tornar claro que a noção de espaço abarca não só a percepção dos objetos externos ao sujeito, como também a habilidade do sujeito de localizar a direção em relação aos objetos. O *insight* kantiano de que “as posições das partes do espaço nas suas relações recíprocas pressupõem a direção para a qual estão ordenadas em tal relação”, conforme destacado na citação acima, já anuncia a relação presente entre a realidade do espaço absoluto e a pressuposta perspectiva em primeira pessoa a partir do corpo do sujeito. Além disso, Kant também já enuncia que perceber objetos no espaço envolve não

---

<sup>7</sup> Em resumo, o conceito de espaço de Leibniz é relativo porque ele considera as noções de situação (*situs*) e de lugar (*locus*) como abstrações. Além disso, ele estabelece a noção de congruência a partir da combinação entre similaridade e igualdade, de modo que dois corpos são iguais se possuem o mesmo tamanho e similares se possuem a mesma forma. Assim, se duas figuras forem iguais e similares, elas ocupam o mesmo espaço e por isso, Leibniz conclui que elas são congruentes. O argumento de Kant das contrapartes incongruentes mostra como duas mãos, direita e esquerda, correspondem aos preceitos de Leibniz de similaridade e igualdade em termos de tamanho e forma, mas ainda assim são incongruentes.

só a percepção da posição do objeto em um lugar específico no espaço, mas também a direção do objeto em relação ao *espaço universal como uma unidade*.

Para satisfazer a exigência de (b), nos parágrafos seguintes Kant recorre a fatos cognitivos empiricamente verificáveis. Tais fatos expressam a ênfase que ele concebe à perspectiva incorporada da dimensão espacial, a saber:

I) o fato de que nós só conseguimos discernir sobre as direções no espaço a partir da relação dos três planos de interseção que definem as três dimensões de nosso corpo, possibilitando a distinção entre “direita” e “esquerda”; “à frente” e “atrás”, “acima” e “abaixo”. Nota-se aqui a relação entre “conhecer mediante os sentidos” e a relação com a habilidade de distinção de direções no espaço. Segundo o autor:

Uma vez que conhecemos, mediante os sentidos, tudo o que está fora de nós somente na medida em que se encontra em relação conosco, não é de estranhar que para gerar o primeiro fundamento do conceito de direções no espaço, partamos da relação destes planos de interseção com nosso corpo. O plano perpendicular ao comprimento de nosso corpo chama-se, em relação a nós, horizontal; e esse plano horizontal dá ensejo à distinção das direções que designamos por *acima e abaixo*. Sobre este plano podem estar dois outros, perpendiculares e cruzando-se igualmente em ângulos retos, de modo que o comprimento do corpo humano é pensado na linha de interseção. Um destes planos verticais divide o corpo em duas metades exteriormente similares e dá o fundamento da distinção entre o lado *direito* e o *esquerdo*; o outro, que lhe é perpendicular, faz com que possamos ter o conceito de lado de *frente* e de *trás*. (GUGR, 02: 378-379)

II) a característica de enantiomorfismo, que significa a simetria exata entre dois objetos que não podem se sobrepor, como a imagem de um objeto formada no espelho, é abordada por Kant sob o nome de *contrapartes incongruentes*. A partir do argumento das contrapartes incongruentes, Kant pretende mostrar que há uma diferença irreduzível entre as posições das partes de um corpo e a orientação espacial dessas mesmas partes. Muitos exemplos empíricos são considerados pelo autor ao longo do texto, como o nascer do sol, a direção de crescimento dos cabelos no topo da cabeça, caracóis, a direção dos ventos, a direção da escrita de um texto, roscas de parafusos, um sapato esquerdo que não pode caber em um pé direito, lúpulos, mãos humanas e triângulos esféricos em hemisférios opostos. No entanto, vejamos o exemplo mais notável sob o qual ele designa o título do que é uma *contrapartida incongruente*:

Temos, porém, o exemplo mais comum e claro [disso] nos membros do corpo humano, que são ordenados simetricamente no plano vertical do mesmo. A mão direita é similar e igual à esquerda, e se olharmos apenas para uma delas isoladamente, para a proporção e posição recíproca das partes e para a grandeza do todo, uma descrição completa de uma também tem de valer inteiramente para a outra. (...) tome-se um corpo que não seja composto de duas metades ordenadas simetricamente de acordo com um plano de intersecção único, como uma *mão humana*. Baixem-se de todos os pontos de sua superfície linhas perpendiculares a um quadro colocado em frente, e prolonguem-se as linhas do mesmo modo para trás numa distância equivalente à que há entre os pontos e o quadro; desse modo, os pontos finais da linha assim prolongada constituem (se forem ligados) a superfície de uma forma corpórea que é a contrapartida incongruente da precedente; isto é, se a mão dada é direita, então sua contrapartida é uma [mão] esquerda. A imagem de um objeto no espelho baseia-se nos mesmos fundamentos. (*GUGR*, 02: 382)

Nesse famoso exemplo, Kant apresenta a noção de simetria e a relaciona com a situação da percepção de enantiomorfismo, ou seja, a percepção de contrapartes incongruentes no espaço. Se tomarmos o plano de intersecção vertical (imagina-se uma linha traçada da cabeça aos pés, que oponha o lado direito ao lado esquerdo) e seguirmos o procedimento sugerido por Kant, temos que cada ponto do corpo é duplicado por uma linha que parte perpendicularmente em direção aos mesmos pontos no corpo respectivo. Feito o procedimento para todos os pontos, o que se espera, a princípio, é a formação de uma imagem congruente idêntica ao objeto copiado. O resultado, porém, é a contrapartida incongruente do corpo copiado. A explicação que Kant fornece é de que em qualquer parte do espaço em que a mão direita e a mão esquerda fossem posicionadas, elas sempre estariam orientadas a alguma direção. Nisso reside a característica irreduzível da orientação de um corpo no espaço que não cabe na descrição desse mesmo corpo segundo o exemplo.

Ao final da apresentação das provas empíricas, Kant extrai a conclusão de que nós somos capazes de “compreender a possibilidade de espaços completamente similares e iguais, e mesmo assim incongruentes” (*GUGR*, 02: 382). O fato constatado por Kant de que os corpos estão sempre voltados para uma certa direção nos leva à anterioridade epistêmica do espaço absoluto. Contudo, a apreensão dessa direção, nos termos da percepção, não pode ser feita pela mera descrição de como as partes do corpo

posicionadas umas em relação às outras, mas somente pela distinção de direções no espaço.

O exemplo das contrapartes incongruentes possui, dessa forma, uma dupla função: uma, explícita, de demonstrar o estatuto epistêmico do espaço absoluto. Outra, implícita, de demonstrar que a intuição sensitiva do espaço é pressuposta para a possibilidade de localização de objetos no espaço direcionalmente. Nesse sentido, a habilidade de distinção de duas contrapartidas incongruentes, como uma mão e sua imagem no espelho, por exemplo, pressupõe a ideia regulativa do espaço absoluto, que por sua vez pressupõe a habilidade de orientação de si mesmo em relação aos objetos no espaço. Esta segunda pressuposição se torna mais clara em relação às contrapartes incongruentes quando esse exemplo é recuperado na *Dissertação de 1770*. Nessa perspectiva, o argumento das contrapartes incongruentes já contém alguns dos elementos fundamentais da teoria da intuição pura do espaço, mesmo que ainda não lapidados completamente segundo a terminologia sistemática do projeto crítico kantiano.

Diferentemente da apresentação implícita dos argumentos em *Direções no espaço*, na *Dissertação de 1770*, Kant já declara explicitamente que o espaço deve ser entendido como forma da intuição ou intuição pura da sensibilidade e não como um conceito. Esse é, declaradamente, o anúncio, já em 1770, da tese fundamental da idealidade do espaço no sentido crítico do termo: espaço como uma condição *a priori* de possibilidade da percepção dos objetos externos. Para exemplificar a relevância da condição da aprioridade, Kant recorre, novamente, ao argumento das contrapartes incongruentes e este se torna uma peça chave para a validação da doutrina kantiana da idealidade transcendental do espaço. Como podemos ver,

*O que em um espaço dado se estende para uma região e o que se volta para a oposta não pode ser descrito discursivamente ou reduzido a notas características do entendimento [características intelectuais] por nenhuma acuidade da mente; e, assim, em sólidos perfeitamente similares e iguais, mas incongruentes, de cujo gênero são a mão esquerda e a direita (na medida em que são concebidas somente segundo a extensão) ou triângulos esféricos de dois hemisférios opostos, há uma diversidade, em virtude da qual é impossível que os limites da extensão deles coincidam, ainda que possam substituir-se um ao outro em tudo o que se pode exprimir com notas características inteligíveis à mente através da linguagem; por isso, é aqui manifesto que só por alguma intuição pura a diversidade, a saber, a incongruência, pode ser notada. (MSI, 02: 403, grifo nosso)*



Os exemplos apresentados no argumento das contrapartes incongruentes são convocados também nos *Prolegômenos*, apresentados no §13 sob a forma do “paradoxo da incongruência”. A solução desse paradoxo se encontra, portanto, na tese da idealidade transcendental do espaço:

Que pode ser mais semelhante à minha mão ou minha orelha, e mais igual em todas as suas partes que sua imagem no espelho? E, no entanto, não posso colocar essa mão tal como vista no espelho do lugar de seu original, pois se este era uma mão direita, aquela no espelho é uma mão esquerda, e a imagem da orelha direita é uma orelha esquerda que de nenhum modo pode substituir-se à primeira. Ora, não há aqui quaisquer diferenças intrínsecas que o entendimento pudesse chegar a pensar, e, contudo, as diferenças são internas, tanto quanto mostram os sentidos, pois a mão esquerda não pode dispor-se nos mesmos contornos que a primeira (não podem ser feitas congruentes), apesar de toda igualdade e semelhança recíprocas; a luva de uma mão não pode ser usada na outra. Qual é então a solução? Esses objetos não são representações das coisas tais como são em si mesmas e tais como o puro entendimento as conheceria, mas intuições sensoriais, isto é, aparecimentos, cuja possibilidade repousa na relação entre certas coisas, em si mesmas desconhecidas, e algo mais, a saber, nossa sensibilidade. Ora, o espaço é a forma da intuição externa dessa sensibilidade, e a determinação interna de qualquer espaço só é possível pela determinação de sua relação externa com o espaço como um todo do qual ele é parte. (...) Por isso não podemos tornar inteligível a diferença entre coisas similares e iguais, mas incongruentes (por exemplo, duas hélices torcidas em direções opostas), mediante nenhum conceito, mas apenas pela relação com a mão esquerda e direita, que se refere imediatamente à intuição. (*Prol*, 04: 287)

Assim, se em *Direções no espaço*, Kant utiliza o argumento das contrapartes incongruentes para argumentar pela anterioridade do espaço ainda sem explicitar seu caráter intuitivo, na *Dissertação de 1770*, ele utiliza o argumento para afirmar que a representação do espaço é essencialmente intuitiva, o que explicita seu caráter ideal e não conceitual. Nesses termos, a intuição do espaço representa aquilo que “não pode ser descrito discursivamente ou reduzido a notas características do entendimento [características intelectuais] por nenhuma acuidade da mente”. Nos *Prolegômenos*, que é publicado após a primeira *Crítica*, o argumento das contrapartes incongruentes é utilizado para provar que espaço e tempo são transcendentalmente ideais. Desse passo a passo do argumento, inferimos que o argumento das contrapartes incongruentes afirma a dimensão fundamental, originária e subjetiva da representação do espaço como intuição *a priori*

não conceitual que condiciona a possibilidade da percepção de certas características dos objetos no espaço que não podem ser reduzidas às representações conceituais, no sentido kantiano do termo. A intuição sensível do espaço já apresenta nesse argumento algumas das características que lhe são intrínsecas, como a relação com os sentidos e a propriocepção, visto que para que a percepção da direção dos objetos no espaço seja possível, é preciso localizar habilmente a direção do próprio corpo em relação a eles.

Alguns autores<sup>8</sup>, porém, além de fornecerem uma interpretação da posição de Kant em 1768 que concorde com o caráter ontológico do espaço absoluto, similar à noção newtoniana, afirmam que o argumento das contrapartes incongruentes não contribui para a teoria da idealidade transcendental do espaço, dizendo que a definição de espaço absoluto é abandonada por Kant em detrimento do idealismo transcendental. A interpretação do argumento que seguimos aqui contribui na dissolução dessa incompatibilidade entre as noções de espaço apresentadas nas *Direções no espaço* e as posteriores.

Isso posto, entendemos que o argumento das contrapartes incongruentes demonstra que nossa representação pura do espaço introduz uma dimensão egocentricamente centrada de orientação, representada pela intuição sensível<sup>9</sup>. A conclusão que Kant chega em 1768 abre caminho para que a própria sensibilidade seja uma fonte de conhecimento, conforme será estabelecido posteriormente na *Dissertação de 1770* e mantido na *Crítica da Razão Pura*<sup>10</sup>.

### 3.2. A idealidade transcendental na *Dissertação Inaugural de 1770*

O texto intitulado *Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível* ou *Dissertação de 1770* é o texto pré crítico no qual, habitualmente, considera-se ter sido exposta pela primeira vez a tese principal da doutrina da idealidade transcendental do espaço e do tempo que, posteriormente, é desenvolvida integralmente na *Crítica da Razão Pura*. Por isso, muitos autores consideram a *Dissertação* como a virada crítica de Kant, ou o início do projeto crítico propriamente dito. Nosso propósito, nesta seção, é analisar os elementos do espaço que aparecem na *Dissertação* e já revelam a originalidade das

<sup>8</sup> Como, por exemplo, Severo, 2005, p. 30; Beckenkamp, 2018, pp. 52-57.

<sup>9</sup> Ver Hanna, 2016, pp. 99-115.

<sup>10</sup> “Designo por Estética Transcendental uma ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*. Tem que haver, pois, uma tal ciência, que constitui a primeira parte da teoria transcendental dos elementos, em contraposição à que contém os princípios do pensamento puro e que denominará lógica transcendental” (*KrV*, A21/B35).

teses filosóficas propostas por Kant sobre o espaço. Desse modo, segundo Seneda (2013, p. 482), temos pelo menos três proposições fundamentais da idealidade transcendental do espaço que estruturam a “Estética Transcendental” e que já aparecem na *Dissertação*, a saber:

- i A irreduzibilidade da sensibilidade ao intelecto<sup>11</sup>;
- ii A postulação da constituição subjetiva do espaço;
- iii A separação entre as noções de espaço como forma da sensibilidade e espaço geométrico.

Por apresentar essas três teses, a *Dissertação* é considerada como a virada crítica de Kant, uma vez que elas expressam a idealidade transcendental do espaço e do tempo. Essa expressão se dá por já apresentarem as características fundamentais do espaço e do tempo que ensejam as construções da matemática e a aprioridade do espaço como realidade subjetiva e originária de toda representação de objetos perceptuais. Assim, para compreender de que modo essas três teses já aparecem na *Dissertação*, comecemos pela análise das seguintes passagens:

O conhecimento, na medida em que é submetido às leis da sensibilidade, é sensitivo, na medida em que é sujeito às leis da inteligência, é intelectual ou racional. (*MSI*, 02: 392)

Eis, assim, os dois princípios do conhecimento sensitivo [espaço e tempo] que não são, como no que é intelectual (*in intellectualibus*), conceitos gerais, mas intuições singulares e, no entanto, puras. (*MSI*, 02: 405)

Nesse texto, Kant já prenuncia as duas faculdades de conhecimento que acompanharão todo o projeto crítico em seguida, contudo, com algumas alterações entre o texto de 1770 e a formulação na primeira *Crítica*. Diante disso, a primeira distinção

---

<sup>11</sup> A interpretação da irreduzibilidade da sensibilidade ao intelecto, no entanto, encontra-se em disputa até hoje entre os comentadores. Como exemplo disso, temos o debate entre Longuenesse (1998, p. 91) e Fichant (1999, pp. 21-48) que versa sobre a questão de se a unidade da intuição é dada ou construída. Pela leitura sensibílica de Fichant, a unidade da intuição já é dada, o que torna significativa a estratégia (consciente) de Kant de separar as faculdades entre sensibilidade e entendimento. Pela leitura intelectualista de Longuenesse, a unidade da intuição é construída, no sentido de ser submetida às sínteses intelectuais. Essa leitura supõe um descompasso entre a Estética e Analítica, e defende a primazia desta última sobre a primeira. A Estética, por essa leitura, é comumente descartada como uma mera reprodução dos argumentos da *Dissertação de 1770*. Um resumo bem elaborado desse debate pode ser encontrado em Licht dos Santos (2012). McLearn (2016, p. 172) propõe que o debate entre conceitualistas e não conceitualistas kantianos pode ser reformulado, respectivamente, nos termos do debate entre intelectualistas e sensibílicos, de modo que uma posição não conceitualista também corrobora com a interpretação da irreduzibilidade da sensibilidade ao intelecto.

dentre as mais relevantes que Kant contempla já na *Dissertação* se faz entre as noções de sensibilidade e intelecto. A sensibilidade é uma noção que Kant mantém sem variações da *Dissertação* à *Estética* e é caracterizada como a “receptividade de um sujeito, pela qual é possível que o estado representativo dele seja afetado de certo modo pela presença de algum objeto” (*MSI*, 02: 392). Dessa forma, a sensibilidade produz representações *in concreto*, ou seja, uma representação não conceitual, mas, ainda assim, dotada de um tipo de cognição. Esta cognição sujeita às leis da sensibilidade é denominado por Kant como “conhecimento sensitivo”. Na primeira *Crítica*, Kant disserta acerca da sensibilidade como “a capacidade de receber representações através do modo como somos afetados por objetos (...). Os objetos nos são *dados*, assim, por meio da sensibilidade, e apenas ela nos fornece *intuições*” (*KrV* B33). De modo tal que, o objeto sensível nada mais é do que o objeto da sensibilidade.

Em contrapartida, a noção de entendimento sofre modificações até ser definida da forma como é apresentada na *Estética Transcendental*. Inicialmente, na *Dissertação de 1770*, Kant propõe a noção de intelecto, inteligência ou racionalidade, que é “a faculdade de um sujeito, pela qual ele tem o poder de representar o que, em virtude de sua qualidade, não pode cair-lhe nos sentidos” (*MSI*, 02: 392). De tal modo que, o objeto inteligível nada mais é do que o objeto que só pode ser acessado pela faculdade intelectual, nunca pelos sentidos. Dessa maneira, o intelecto permite uma composição geral do todo via representações *in abstracto*, ou seja, representações conceituais universais. Kant adere à classificação do objeto inteligível enquanto *númeno* e o conhecimento sujeito às leis do intelecto, enquanto conhecimento intelectual ou racional.

No entanto, é evidente como Kant enfatiza a necessidade da sensibilidade também como fonte de conhecimento, e não apenas o entendimento. Desse modo, o autor afirma a constituição subjetiva e sensível do espaço, como mostram as passagens a seguir:

O conceito de espaço não é abstraído de sensações externas. Pois não se pode conceber algo como posto exterior a mim a não ser representando-o como em um lugar diverso daquele em que eu próprio estou, nem as coisas como exteriores umas às outras a não ser colocando-as em lugares diversos do espaço. Portanto, a possibilidade de percepções externas, como tais, supõe o conceito de espaço, não o cria. (*MSI*, 02: 402)

O conceito de espaço é representação singular que compreende tudo em si, não uma noção abstrata e comum que contém tudo sob si. (...) O conceito de espaço é, assim, intuição pura, visto que é conceito singular,

não constituído por sensações, mas forma fundamental de toda sensação externa. (MSI, 02: 402)

Como representações da faculdade da sensibilidade, Kant argumenta que o espaço e o tempo não são nem derivados das sensações externas, nem conceitos discursivos gerais do entendimento, nem algo real ou objetivo, externo ao sujeito, mas ao contrário: o espaço o tempo são intuições puras, subjetivas e ideais, e como tais, são formas fundamentais das intuições empíricas e do conhecimento perceptual.

Ainda no curso do argumento da aprioridade do espaço, Kant pretende mostrar que as propriedades geométricas do espaço não são representadas apenas pelo intelecto. Mais do que isso, algumas propriedades, como a incongruência de determinados corpos físicos, não podem ser apreendidas pelo intelecto, mas somente pela intuição – como mostramos na apresentação do argumento das contrapartes incongruentes. Assim, somente por meio da representação do espaço que elas podem ser exibidas, o que se conclui assim na irredutibilidade da sensibilidade em relação ao intelecto. A representação do espaço é, desse modo, *necessária e a priori*, o que possui implicações diretas no conceito de espaço geométrico:

No mais, a geometria não demonstra suas proposições universais ao pensar o objeto mediante um conceito universal, o que ocorre nas coisas racionais, mas ao pô-lo sob os olhos, mediante uma intuição singular, o que ocorre com o que pertence aos sentidos. (MSI, 02: 403)

É notório o esforço epistemológico em favor do espaço como intuição sensível, de modo que certas características dos objetos empíricos só podem ser apreendidas quando se situa tais objetos sob as condições da sensibilidade. Segue-se diretamente da tentativa de Kant de mostrar que certas relações, como a orientação da posição no espaço e as relações entre os objetos geométricos, só se tornam apreensíveis por meio da intuição pura do espaço. Se isso estava apenas implícito em *Direções no espaço*, na *Dissertação de 1770* é agora explícito.

Assim, é preciso destacar ainda, mais um esforço de Kant de se distanciar das posições de Leibniz e de Newton sobre o espaço. Kant procura atacar a visão

[d]aqueles que defendem a realidade do espaço, ou o concebem, para si, como um *receptáculo* imenso e *absoluto* das coisas possíveis

[Newton], (...) ou propugnam que ele é a própria relação das coisas existentes [Leibniz] (...). (MSI, 02: 403)

É evidente a intenção de Kant em se distanciar da noção de *realidade absoluta* do espaço cuja determinação do mesmo é ontológica ou relativa, o que contribui substantivamente para nossa leitura de conferir o estatuto de condição epistêmica subjetiva para o espaço, que agora na *Dissertação de 1770*, apenas dois anos depois da publicação de *Direções no espaço*, se apresenta de modo explícito: “o espaço não é algo subjetivo e real, nem substância, nem acidente, nem relação; mas é algo subjetivo e ideal (...)” (MSI, 02: 403).

A função da transcendentalidade do espaço é o que garante a segurança apodítica da possibilidade da matemática. É pelo conceito de espaço geométrico, síntese entre a forma pura da sensibilidade e conceito puro do entendimento, que as construções geométricas possuem validade universal e necessária. A afirmação de Kant de que o espaço é uma representação pura é feita não apenas para enfatizar sua aprioridade, mas para observar as consequências epistemológicas de assegurar a validade objetiva da geometria. Disso se segue que as construções geométricas não são contingentes nem relativas, mas universais e necessárias. Na *Dissertação de 1770*, desse modo, Kant demonstra como a noção de espaço geométrico também é submetida à noção de espaço como forma pura da intuição sensível.

### 3.3. O espaço e o tempo como formas puras não conceituais da intuição

Kant apresenta, tanto na exposição metafísica quanto na exposição transcendental da *Estética Transcendental*, argumentos em defesa da idealidade transcendental do espaço e do tempo. Para tanto, ele deve primeiro mostrar que suas representações pertencem à forma da intuição como constituição subjetiva da sensibilidade. Assim, na exposição metafísica, Kant pretende demonstrar aquilo que pode ser explicitado *a priori* sobre as noções de espaço e tempo, para então, na exposição transcendental, demonstrar como espaço e tempo podem ser condições de possibilidade de um conhecimento *a priori* objetivo, como na geometria e na física.

Assim, os argumentos referentes à aprioridade<sup>12</sup> do espaço na exposição metafísica dizem que “o espaço não é um conceito empírico que tenha sido derivado de experiências externas” e que “o espaço é uma representação necessária *a priori* que serve de fundamento a todas as intuições externas” (*KrV*, A23/B38). Muito próximo à conclusão do argumento da anterioridade do espaço apresentado em 1770, Kant afirma que para ser possível a representação de objetos externos e suas posições, a própria “representação do espaço já tem de servir-lhes de fundamento” (*KrV*, A23/B38). Nesse sentido, a representação do espaço é o que torna possível a experiência real de fenômenos externos, e não o contrário, isto é, a noção de espaço não é derivada da extensão dos objetos. Dessa maneira, o autor expressa aqui o espaço como condição de possibilidade da percepção dos objetos como distintos do próprio sujeito que os percebe. De modo que o sujeito percebe que ele se distingue dos objetos externos e estes se distinguem uns dos outros em função da representação fundamental do espaço. Em suas palavras:

Pois para que certas sensações sejam referidas a algo fora de mim (i. e., a algo em um outro lugar do espaço que não aquele em que me encontro), e para que, do mesmo modo, eu as possa representar como externas umas ao lado das outras, portanto, não só diferentes, mas como em diferentes lugares, para isso a representação do espaço já tem de servir-lhes de fundamento. (*KrV*, A23/B38)

Assim, os argumentos da aprioridade do espaço também expressam a condição necessária ao sujeito para a percepção de diferentes objetos dispostos no espaço. Devemos ressaltar que a relevância do argumento da aprioridade do espaço e do tempo se manifesta no fato de que tais formas necessárias e subjetivamente *a priori* constituem parte da validade objetiva de conhecimentos que abarcam conteúdos tanto conceituais quanto não conceituais<sup>13</sup>. Nessa perspectiva, os argumentos referentes a aprioridade do tempo afirmam que:

O tempo não é um conceito empírico que tenha sido derivado de alguma experiência. Pois a simultaneidade e a sucessão não se apresentariam à percepção caso a representação do tempo não lhes servisse *a priori* de fundamento. (*KrV*, A30/B46)

O tempo é uma representação necessária que serve de fundamento a todas as intuições. (*KrV*, A31/B46)

<sup>12</sup> Aqui, nos referimos aos argumentos numerados por 1. e 2. do §2 da exposição metafísica do espaço, conhecidos na literatura como os argumentos da aprioridade do espaço. Ver Seneda, 2013, pp. 483-485 e Allison, 2004, pp. 82-90.

<sup>13</sup> Ver Seneda, 2013, p. 485; Hanna, 2001, pp. 306-328; Birrer, 2016, pp. 2-13; McLearn, 2014, pp. 2-5.

Nessa necessidade *a priori* se funda também a possibilidade de princípios apodícticos das relações do tempo, ou axiomas do tempo em geral. Ele tem apenas uma dimensão: tempos diferentes não são simultâneos, mas sucessivos (assim como diferentes espaços não são sucessivos, mas simultâneos). (*KrV*, A31/B47)

A função desses argumentos é mostrar que a possibilidade evidente de percepção da sucessividade e da simultaneidade só ocorre se a própria representação do tempo for pressuposta na experiência. Kant já havia apresentado esse mesmo argumento na *Dissertação de 1770*, no qual ele afirma, como exemplo da necessidade *a priori* do tempo, que o princípio da não contradição só possui fundamento se os juízos A e não A forem pensados simultaneamente; em tempos diferentes é perfeitamente possível que ambos sejam verdadeiros (*MSI*, 02: 401).

Dessa maneira, qualquer referência a objetos localizados no espaço e no tempo “fora de nós” numa experiência, já deve pressupor as representações espaçotemporais. A habilidade de distinguir os objetos na percepção externa já pressupõe as representações do espaço e do tempo. Diferentemente da habilidade de distinção entre sensações empíricas, a habilidade de distinguir objetos um do outro e de nós mesmos não é derivada da experiência, mas é pressuposta para que a experiência ocorra. É nesse sentido, portanto, que Kant apresenta a aprioridade do espaço e do tempo como condições epistêmicas da percepção<sup>14</sup>.

Os próximos argumentos<sup>15</sup> da exposição metafísica apresentam as noções de espaço e tempo como próprios de uma teoria da intuição. A estratégia de Kant para mostrar que o espaço (e também, o tempo) é uma intuição é feita em oposição ao que configura um conceito. Em suas palavras: “o espaço não é um conceito discursivo ou, como se costuma dizer, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura” (*KrV*, A24/B39); e “[a] representação originária do espaço, portanto, é uma *intuição a priori*, e não *um conceito*” (*KrV*, A25/B39-40, grifo nosso). Segundo Allison<sup>16</sup>, Kant distancia as representações intuitivas do espaço e do tempo da dimensão conceitual, porque, para ele, um conceito possui forma lógica complexa que envolve tanto generalidade, quanto discursividade. Características essas que são opostas às

<sup>14</sup> Ver Allison, 2004, p. 86.

<sup>15</sup> Aqui, referimo-nos aos itens 3. e 4. do §2 sobre a exposição metafísica do espaço. Ver Allison, 2004, pp. 90-98.

<sup>16</sup> Ver Allison, 2004, pp. 92-94.



características referenciais da intuição empírica. Em uma seção acrescida especialmente à edição B da *Crítica da Razão Pura*, Kant desenvolve a Exposição Transcendental dos “conceitos” de espaço e tempo. A necessidade da exposição transcendental é, para ele, “a elucidação de um princípio a partir do qual se pode discernir a possibilidade de outros conhecimentos *a priori*” (*KrV*, A25/B40). Nesse sentido, na exposição transcendental, Kant afirma o espaço e o tempo como condições de possibilidade para conhecimentos *a priori* que dependam diretamente de suas relações, explícitas na exposição metafísica. A importância da transcendentalidade do espaço e do tempo consiste em colocá-los como condições de possibilidade de conhecimentos sintéticos *a priori*. Como, por exemplo, construções da aritmética, da geometria e da física e podem ter a garantia da validade universal e necessária de seus conhecimentos desde que a representação que os fundamente seja *a priori*.

A partir disso, as conclusões que se seguem das exposições são expressas na tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo. É evidente aqui a distância que o autor quer estabelecer entre as noções de espaço e tempo como condições subjetivas e ideais da experiência sensível, da noção confusamente estabelecida (por Newton, por exemplo) de que o espaço e o tempo possuiriam estatuto ontológico ou seriam coisas em si mesmas. Outro ponto importante é que a sensibilidade é o que garante nosso ponto de vista como ser humano, em contraposição ao ponto de vista divino, sendo a condição de possibilidade da experiência. Kant afirma que não é possível fazer do espaço e do tempo condições de possibilidade dos objetos mesmos, mas apenas da experiência, ou seja, da possibilidade de percebermos os objetos. Desse modo, Kant afirma a realidade empírica do espaço e do tempo aliada a idealidade transcendental do espaço e do tempo:

Com relação a tudo aquilo que pode ser apresentado a nós como objeto podemos afirmar *a realidade empírica* e a **idealidade transcendental do espaço**, i. e., que ele nada é tão logo abandonemos a condição de possibilidade de toda experiência e o tomemos como algo que serve de fundamento às coisas em si mesmas. (*KrV* B44, grifo em negrito do autor, em itálico nosso)

(...) **a idealidade transcendental do tempo**, segundo a qual ele não é absolutamente nada se feita abstração das condições subjetivas da intuição sensível, e não pode ser contado entre os objetos em si mesmos (desconsiderada a sua relação à nossa intuição) nem como subsistente nem como inerente. (*KrV* B52, grifo do autor)

A grande jogada de Kant, ao afirmar a realidade empírica e a idealidade transcendental do tempo e do espaço, consiste em exprimir as condições necessárias para nosso acesso aos fenômenos na medida em que estes possuem validade objetiva por serem *objetos de nossos sentidos* (*KrV*, A34-35/B51-52). Desse modo, entendemos que a tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo constitui a parte que fundamenta o caráter referencial da intuição e que confere a validade objetiva, no que se refere à sensibilidade, do nosso conhecimento empírico e objetivo do mundo. Aliado aos conceitos puros do entendimento, a doutrina do idealismo transcendental defende que nosso conhecimento empírico e objetivo do mundo só é possível dada a estrutura *a priori* da nossa cognição. Muito ainda tem sido debatido sobre o papel do *eu penso* e se a estrutura egocêntrica do espaço como forma da sensibilidade depende da flexibilidade do sujeito. No entanto, essa discussão exige considerações que ultrapassam o escopo desse artigo.

### **Considerações finais**

O que discutimos aqui, portanto, resume-se em dizer que espaço e tempo, segundo a filosofia crítica, podem se apresentar em quatro formas distintas na filosofia kantiana: (i) como formas puras, subjetivas e não conceituais, da sensibilidade; (ii) como conceitos geométricos; (iii) como conceitos empíricos; (iv) como ideias da razão. Pelo desenvolvimento do argumento das contrapartes incongruentes, vimos como Kant apresenta a aprioridade e a transcendentalidade do espaço e do tempo como intuições sensíveis puras, cuja representação envolve um conteúdo essencialmente não conceitual – quer dizer, irreduzível à capacidade do entendimento. Apresentamos ainda que, pela doutrina do idealismo transcendental, Kant fornece um argumento para demonstrar que as intuições nos colocam em uma relação diática com o mundo, pela consciência ao mesmo tempo subjetiva das formas espaçotemporais dos nossos sentidos interno e externo e objetiva do que está no espaço “fora de nós”. Mostramos também que as intuições constituem a possibilidade de se referenciar a objetos em uma dimensão que não só não pode ser afunilada por conceitos, como também a ação dos conceitos é dada de modo mediado pelas intuições, o que as configura como parte essencialmente não conceitual do conteúdo perceptivo.

## Referências

- Allais, L. (2009). Non-Conceptual Content and the Representation of Space. *Journal of the History of Philosophy*, 47(3), 383–413.
- Allison, H. (2004). *Kant's Transcendental Idealism*. Yale University Press.
- Beckenkamp, J. (2018). *Introdução à filosofia crítica de Kant*. Editora UFMG.
- Birrer, M. (2016). Kant on the Originality of Time (and Space) and Intellectual Synthesis. *Contemporary Studies in Kantian Philosophy*, 1, 1-21.
- Carrier, M. (1992). Kant's Relational Theory of Absolute Space. *Kant-Studien*, 83(4), 399–416.
- Evans, G. (1982). *The Varieties of Reference*. Oxford University Press.
- Fichant, M. (1999). Espaço estético e espaço geométrico em Kant. *Analytica*, 4(2), 11–32.
- Hanna, R. (2001) *Kant and the Foundations of Analytic Philosophy*. Clarendon/Oxford University Press.
- Hanna, R. (2005). Kant and Nonconceptual Content. *European Journal of Philosophy*, 13, 247–290.
- Hanna, R. (2008). *Kant, Science and Human Nature*. Oxford University Press.
- Hanna, R. (2016). Directions in space, Non-conceptual Form, and the Foundations of Transcendental Idealism. In R. Hanna, *Kantian Nonconceptualism* (pp. 99–115). Palgrave Macmillan.
- Harper, W. (1991). Kant on incongruent counterparts. In J. Van Cleve & R. Frederick (Eds.), *The Philosophy of Right and Left: Incongruent Counterparts and the Nature of Space* (pp. 263–313). Dordrecht.
- Kant, I. (1902–). *Kants gesammelte Schriften*. 29 vols. Ed. Preussischen Akademie der Wissenschaften (Vols. I-XXII); Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin (Vol. XXIII); Akademie der Wissenschaften zu Göttingen (Vols. XXIV-XXIX). Walter de Gruyter.
- Kant, I. (1990). *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Edições 70.
- Kant, I. (1997). Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço. *Cadernos de Filosofia Alemã*, 2, 61–75.
- Kant, I. (2005). Dissertação de 1770. In *Escritos Pré-Críticos* (P. Licht dos Santos, Trad.). Unesp.

- Kant, I. (2013). *Crítica da Razão Pura* (F. C. Mattos, Trad.). Vozes; Editora Universitária São Francisco.
- Kant, I. (2014). *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência* (J. O. de A. Marques, Trad.). Estação Liberdade.
- Kauark-Leite, P. (2017). On the Epistemic Status of Absolute Space: Kant's Directions in Space Read from the Standpoint of his Critical Period. *Kant Studien*, 108(2), 175–194.
- Kemp-Smith, N. (1918). The Paradox of Incongruous Counterparts. In N. Kemp-Smith, *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason* (pp. 163–165). London.
- Fischer, K. (1939). A Commentary on Kant's Critique of Pure. In C. B. Garnett, *The Kantian Philosophy of Space* (pp. 109–118). New York.
- Longuenesse, B. (1998). *Kant and the capacity to judge*. Princeton University Press.
- Licht Dos Santos, P. R. (2012). A unidade da intuição e a unidade da síntese. In J. T. Klein (Org.). *Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura* (Vol. 1, pp. 145–178). Nefiponline.
- Mcdowell, J. (1996). *Mind and World*. Harvard University Press.
- Mcdowell, J. (2009a). Avoiding the Myth of the Given. In J. Mcdowell, *Having the World In View: Essays on Kant, Hegel and Sellars* (pp. 256–72). Harvard University Press.
- Mclear, C. (2014). The Kantian (Non-)Conceptualism Debate. *Philosophy Compass*, 9(11), 769–90.
- Mclear, C. (2016). Getting Acquainted with Kant. In C. Mclear, *Kantian Nonconceptualism* (pp. 171–197). Palgrave Macmillan.
- Remnant, P. (1991). Incongruent Counterparts and Absolute Space. In J. Van Cleve & R. Frederick (Eds.), *The Philosophy of Right and Left: Incongruent Counterparts and the Nature of Space* (pp. 51–59). Dordrecht.
- Seneda, M. (2013). O estado da exposição metafísica do conceito de espaço na Dissertação de 1770. In M. Carvalho & V. Figueiredo (Orgs.), *Filosofia alemã de Kant a Hegel* (pp. 481–491). ANPOF.
- Severo, R. P. (2005). Three remarks on the interpretation of Kant on incongruent counterparts. *Kantian Review*, 9, 30–57.

Artigo recebido em: 14.06.2021

Artigo aprovado em: 11.08.2021

